

Maria Betânia Ávila

O Brasil que temos e o Brasil que queremos:

Uma reflexão feminista



Maria Betânia Ávila

O Brasil
que Temos e
o Brasil
que Queremos:

Uma Reflexão Feminista



**O Brasil que Temos e o Brasil que Queremos:
Uma Reflexão Feminista**

Edição

SOS Corpo Gênero e Cidadania
Rua Real da Torre, 593 - Madalena - Recife PE
Tel: 81-445.2086 / Fax: 81-445.1905
e-mail: sos@soscorpo.org.br

Equipe de Produção

Fátima Ferreira, Márcia Larangeira e Taciana Gouveia

Revisão

Fátima Ferreira

Produção Executiva

Fátima Ferreira

Fotos da Capa

Angela Freitas e Gleide Selma

(Estas fotos foram tiradas de vários eventos e trabalhos que realizamos com mulheres e homens ao longo dos anos. A todas/os nosso agradecimento pela parceria e presença)

Projeto Gráfico

Fernando Vasconcelos

Editoração Eletrônica

Ute Feldmann

Impressão

Provisual Divisão Gráfica
(81) 423-7244

Tiragem

800

Apoio

EZE / Novib

O texto original "O Brasil que Temos e o Brasil que Queremos: Uma Reflexão Feminista" foi editado na publicação:

Brasil 500 anos: Por um Jubileu de Justiça e de Esperança, sob a organização de José Oscar Beozzo. CESEP, Paulus 1999, p.74

Recife, abril de 2000

Índice

Apresentação	7
O Brasil que Temos e o Brasil que Queremos: Uma Reflexão Feminista	11
Referências Bibliográficas	43
Dados da Autora	45

Apresentação

Desde a sua fundação, nos primeiros anos da década de 80, o SOS Corpo tem feito da publicação de textos uma prática com o objetivo de tornar mais acessível as idéias, propostas e reflexões feministas produzidas pela equipe da instituição e por outras/os autoras/es nacionais e estrangeiras/os. Esta proposta ganhou forma, há cerca de 10 anos, através dos Cadernos de Texto.

No final de 1999, ao mesmo tempo em que o SOS Corpo completava 18 anos, iniciava-se uma nova etapa desse Cadernos, fruto do amadurecimento na condução do projeto institucional, onde sua produção é orientada pelos eixos temáticos dos programas *Feminismo e Democracia*; *Justiça Social e Desenvolvimento e Cotidiano e Cidadania*. Assim conta-se, hoje, com maior agilidade na sua edição e divulgação, bem como amplia-se a capacidade de conferir diversidade e riqueza à eleição de temas e autoras/es. Exemplo disso é que esta coleção trará uma compilação do *Ciclo de Debates Feministas*, que acontecerão a partir deste mês na instituição. Neste sentido, os Cadernos cumprem com a tarefa de proporcionar um maior alcance desses debates.

A publicação deste primeiro volume de 2000 "**O Brasil que temos e o Brasil que queremos: uma reflexão feminista**" acontece em um momento muito oportuno, seja pela proximidade do 22 de abril - aniversário dos 500 anos de colonização do Brasil -, seja por acontecer poucos dias antes do XIII Encontro Nacional Feminista, na Paraíba.

Os 500 anos têm servido como marco para iniciativas que visam comemorar a data - e aqui nos referimos àquelas que enfatizam de maneira ufanista e acrítica a urgência de se resgatar os valores positivos da mistura das três raças/etnias. Há também aquelas que tomam a data como um mote para se tecer análises sobre os mais diversos aspectos da história da sociedade brasileira. Busca-se aqui tornar visível questões a serem enfrentadas na superação de problemas sócio-culturais, políticos e econômicos para se avançar na construção de democracia com justiça social.

Neste momento é importante trazer a público a fala das feministas e assim enriquecer o debate sobre temas e questões que suscitados pelos 500 anos. Pois se tradicionalmente as mulheres foram mantidas à margem do centro das decisões, é com o feminismo que surge a organização das mulheres. Ousando criar seus próprios espaços, formular novos saberes e legitimando-se gradativamente como atores políticos, estas mulheres têm construído um novo discurso sobre a realidade, onde a tônica tem sido a busca pela liberdade, da autonomia e da justiça social.

A participação das mulheres na vida pública têm diferentes impactos sobre os rumos da vida política. Nesta perspectiva, o texto **"O Brasil que Temos e o Brasil que Queremos: Uma Reflexão Feminista"** focaliza a atual conjuntura brasileira. Aqui, Betânia Ávila vai buscar nas raízes da colonização brasileira os elementos de uma ideologia patriarcal e racista que, combinados com os ideais de dominação européia, disseminaram-se ao longo da história, tornando-se constitutivos da cultura nacional. E deixando-nos de herança distintas formas de exploração de classe, de raça e de gênero e o que Betânia Ávila qualifica de seus "sub-produtos": a exploração sexual (envolvendo o turismo, o comércio, o tráfico), a desqualificação do trabalho doméstico, entre outros.

Outra questão central é a forma como as críticas/denúncias das relações de gênero e o "apreço das mulheres pela democracia (particularmente, a democracia representativa e direta)" contribuem para uma leitura crítica das relações de poder no âmbito do Estado e da esfera pública.

As reflexões aqui apresentadas são apaixonantes. Então, cara/o leitor/a, que elas provoquem discussões acaloradas, polêmicas e até mesmo discordâncias, mas nunca a indiferença. Elementos para isso há - e muitos!

Por fim, gostaríamos de salientar que este texto foi apresentado pela primeira no Curso de Verão, promovido pelo Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular (CESEP) em janeiro deste ano, e que na sua 13ª versão teve como tema **“Brasil 500: por um jubileu de justiça e esperança”** Assim, nossos agradecimentos especiais ao CESEP e à Editora Paulus que publicaram o texto em primeira mão e que, gentilmente, concordaram com esta nova edição.

Márcia Larangeira

O Brasil que Temos e o Brasil que Queremos: Uma Reflexão Feminista

O meu primeiro sentimento diante da tarefa de escrever sobre o país, é de dificuldade. Um país tão vasto, cheio de peculiaridades, em cada região uma cultura e um jeito de viver a vida. Mas não é isso que o torna difícil, pois podemos sempre fazer um recorte a partir do qual situaremos nossa narrativa. Esse sentimento vem da tristeza ao constatar que falar do país é primeiramente falar da desigualdade social. Acho que esta é a marca a partir da qual o país foi construído e continua se reproduzindo enquanto nação. O esplendor da natureza, a alegria das pessoas, nada disso consegue apagar essa marca. Aliás, faz parte da reprodução da desigualdade, justamente, tentar escondê-la atrás das belas paisagens.

Neste texto pretendo trabalhar alguns elementos relativos à desigualdade das mulheres e desvendar alguns aspectos das estruturas de poder, através de uma análise de gênero. Para contrapor aos cenários que serão construídos a partir daí, falo das lutas e do sentido de fazer política a partir do feminismo. Olhando para as mulheres em movimento, acredito ser possível vislumbrar um outro país.

Feminismo e Cidadania - Idéias que Tecem o Texto

Esse texto ganha sentido histórico a partir do conceito de cidadania. É a partir desse conceito que identificamos as raízes e as dimensões da desigualdade que foram acumuladas do passado. É a partir dele também, que o presente é avaliado como tempo de manutenção e de superação dessa herança. Só assim, podemos tomar esse mesmo conceito para pensar as perspectivas que apontam para novas construções da igualdade e da justiça social.

Para isso parto da definição de Jellin (1994). Segundo essa autora, a cidadania significa não só a realização de ações como votar e ser votado, ou ter direito à escola, saúde, trabalho e condições dignas de moradia e segurança. Tudo isso é fundamental, mas a cidadania, segundo ela, é também “uma prática conflituosa vinculada ao poder, que reflete as lutas sobre quem poderá dizer o que, ao definir quais os problemas comuns, e como serão tratados”. (JELLIN, 1994, p.25).

Olhando a trajetória das mulheres organizadas neste país, nestas últimas décadas, pode-se constatar que suas lutas estão dirigidas à construção da democracia, tendo a cidadania como o valor fundamental que qualifica esse processo. A cidadania, para incluir as mulheres, tem que ser reestruturada enquanto um conceito matriz que abriga a perspectiva da igualdade e da justiça social. Não podemos incluir novas dimensões neste conceito apenas agregando novas reivindicações.

A cidadania é um conceito que vem se forjando historicamente, de acordo com as condições sociais e políticas de cada época, não sendo, portanto, apenas um receptáculo de demandas. Na construção do seu significado original, esse termo não dizia respeito às mulheres, nem aos negros. Isto é, nele não estavam incluídas todas as pessoas. No início, o cidadão era exclusivamente o homem branco, ocidental e proprietário. Em alguns contextos, fazia parte dos atributos desse homem, como cidadão, ter uma mulher sob seu domínio e possuir escravos.

É no processo histórico, por ação dos sujeitos políticos, que a cidadania vai ganhando novas dimensões o que, necessariamente, implica na reestruturação do seu significado.

O sociólogo Alain Touraine (1999) em livro recente, afirma que: “Para resistir à opressão total, é necessário mobilizar o sujeito total, a herança religiosa e as lembranças da infância, as idéias e a coragem” (TOURAINÉ, 1999, p.69). As mulheres assim o fizeram, como parte da iniciação, na sua forma específica de organização política. Elas foram buscar as suas memórias de opressão, os seus medos, os seus fantasmas, mobilizaram os desejos de emancipação, resgataram a capacidade de resistência e compreenderam dessa maneira um jeito próprio e diferente de serem corajosas.

Foi o movimento feminista que trouxe para a esfera pública a revolta das mulheres contra as relações sociais de dominação e exploração às quais estiveram historicamente submetidas. Ao longo dos anos, esse movimento tem lutado por igualdade, justiça social e liberdade. Um movimento que, no seu método de transformação social, alia a busca da utopia à uma ação voltada para o presente. Dessa forma, o presente não é apenas um tempo de construção do futuro, mas um tempo no qual é preciso que a existência tenha sentido, que a carência seja superada, que a consciência de cidadania se expanda como uma forma de lutar por direitos, mas também como um método de enfrentar o dia a dia, como um valor que cada um/a deve possuir para não aceitar ser desigual, ser excluído/a.

Percebo também, através do pensamento feminista, que a consciência de ser cidadã implica em uma atitude diante do mundo e funciona como uma lente para olhar os/as outros/as e percebê-los/as como iguais. A cidadania deve ser tomada como valor que motive a revolta, oriente o caminho e ofereça os meios de melhorar a vida que está sendo vivida. E, finalmente, ela deve servir como inspiração para tomar parte no conflito da transformação social, para produzir a fala enquanto sujeito e para não mais aceitar a violência de sexo, de raça ou de classe como parte de um destino.

O movimento de mulheres- assim como outros movimentos sociais - tem construído teias de organizações que perpassam o dia a dia da vida das pessoas tomando as experiências cotidianas de injustiça e de carência como base de reflexão e luta política, como também de produção de novas formas de gestão social. Dessa ma-

neira, o conflito se espalha, se enreda, integrando espaços coletivos e vida pessoal, cuidando do presente e construindo mudanças para o futuro.

É no cotidiano da casa, do bairro, do sítio, da fazenda, da escola e da empresa que estão materializados os efeitos do modelo sócio-econômico produtor de injustiça social. Esses também são os espaços onde a violência sexual dos homens contra as mulheres se exerce, onde a discriminação impede a realização da vida afetiva e profissional, onde as jornadas de trabalho não têm fim, sendo duplas, triplas, infundáveis, mal remuneradas e/ou não remuneradas. É aí onde a desigualdade se reproduz como parte da existência. Mas, é aí também que se forjam os sentimentos de revolta e os desejos de mudança. O sociólogo José de Souza Martins afirma, citando a filósofa Heller: “só quem tem necessidades radicais pode querer e fazer a transformação da vida. Essas necessidades ganham sentido na falta de sentido da vida cotidiana. Só pode desejar o impossível aquele para quem a vida cotidiana se tornou insuportável, justamente porque essa vida já não pode ser manipulada.” (MARTINS, 1998, p.6)

Ao denunciar sua condição de desigualdade e de opressão as mulheres instauraram um novo conflito na esfera da luta por cidadania, o conflito de gênero- o qual diz respeito à transformação das relações sociais entre os homens e as mulheres. Quando falo de relações de gênero, tomo como referência uma parte da definição de Joan Scott sobre gênero, como um elemento constitutivo de relações sociais de poder, baseado nas diferenças percebidas entre os sexos. As relações de gênero foram e ainda estão organizadas de forma hierárquica através da qual há uma conversão das diferenças entre os sexos em desigualdades que produzem formas de exploração e opressão das mulheres. As estruturas da nossa sociedade também estão organizadas a partir das relações de gênero assim como de outros fatores.

Como analisa Lena Lavinas (1994), “As esferas da produção e da reprodução são especialmente dissociadas e dicotomicamente opostas na relação público-privado, sobre a qual irá se assentar por mais de duzentos anos a doutrina liberal” (LAVINAS, 1994, p.172). A divisão entre essas duas esferas como espaços dicotômicos está baseada em relações de gênero, que determinam a divisão sexual do trabalho, a

qual se articula com as relações de exploração de classe. Essa forma de organização que está baseada na dupla jornada das mulheres é fundamental para a acumulação do capital, uma vez que baixa os custos da reprodução social.

Faz parte da experiência histórica das mulheres o cuidado com a reprodução dos seres humanos. Dessa forma, essa experiência introduzida como tema da reflexão política e teórica transforma-se em um conhecimento sobre as necessidades da vida cotidiana. Assim, quando as mulheres atravessam a fronteira do mundo privado para a esfera pública, enquanto sujeito político, essas necessidades são transformadas em proposições de direitos na pauta da democracia. Assim, na agenda política do movimento de mulheres, as questões sociais ganham prioridade. A aquisição de direitos sociais forma uma base fundamental na luta por igualdade e liberdade, a qual está diretamente associada às transformações da vida cotidiana.

Por outro lado, a esfera pública não é *a priori* um lugar de igualdade. Nas democracias modernas a visibilização e a qualificação de novos sujeitos são desafios estratégicos para o seu desenvolvimento. Isto significa a superação da perspectiva tradicional, profundamente seletiva de quem está apto a participar dessa esfera. Do ponto de vista conservador e burguês, a autoridade pública é o homem branco das classes abastadas.

Na perspectiva da tradição política de esquerda, o sujeito histórico é a classe operária. Mesmo dentro dessa concepção de luta democrática, são os homens que formam esse sujeito político denominado de classe trabalhadora. A mudança na perspectiva de classe não significa uma visão transformadora das relações de gênero. Dessa forma os sujeitos políticos da chamada esfera pública foram, na tradição, formados por homens. Foram os movimentos sociais que romperam com essas duas perspectivas e trouxeram para o espaço político outros sujeitos políticos, organizados a partir de novas expressões de opressão e exploração.

Marx afirmou que “os homens fazem a sua própria História, mas não fazem como querem e sim sob as circunstâncias que encontraram, legadas e transmitidas pelo passado”. Poderíamos acrescentar as mulheres nesta afirmação. Nesse caso, há uma

espécie de dupla circunstância que as mulheres têm que enfrentar: se projetar como sujeito político da história, para então agir em uma realidade social violentamente desigual. Neste sentido, a primeira conquista desse movimento é o movimento em si, o qual, através da sua existência, tira as mulheres da inexistência como sujeito político.

Na estrutura atual da sociedade, para uma mulher alcançar a esfera pública é necessária ainda uma estratégia que legitime sua presença como alguém capaz, com direito e autonomia para exercer a atividade pública, pois sua atuação é vista com um duplo significado: ser um sujeito político e ser mulher, como duas condições distintas. Uma mulher na política é tida como um indivíduo em passagem, porque a denominação mulher está plena de significados de gênero que excluem a qualificação para a vida pública. Hoje, para romper com essa limitação, as mulheres ainda enfrentam resistências estruturais tanto de ordem simbólica quanto material.

A diversidade de sujeitos políticos como parte dos contextos atuais de democracia revela opressões e abusos de poder, que já estavam naturalizados nas estruturas da sociedade brasileira. Nesse movimento dialético é importante perceber onde a democracia avança e onde se fragiliza, onde inova e onde guarda ou reatualiza velhas formas de dominação.

A realidade, vista a partir da perspectiva das mulheres, traz não só uma visibilização da sua problemática, como também altera o conhecimento da vida social no geral. As análises sobre as questões sociais não podem se restringir, em nenhum caso, a mostrar simplesmente como elas são, mas também porque elas são da forma que são. Isto é, a realidade social tem que ser compreendida historicamente como uma construção dialética. Essa visão se diferencia da perspectiva positivista de que as coisas e as pessoas “são assim porque são assim”.

A realidade apresenta espaços “difíceis” segundo Bourdieu (1998), que exigem metodologias mais apropriadas para sua “abordagem” e análise. Sobre espaços difíceis ele diz: “Os espaços difíceis são, primeiramente, difíceis de descrever e de pensar, é que é preciso substituir as imagens simplistas e unilaterais (aquelas que a

imprensa, sobretudo, veicula), por uma representação complexa e múltipla, fundada na expressão das mesmas realidades em discursos diferentes, às vezes inconciliáveis; abandonar o ponto de vista único, central, dominante, em suma, quase divino, no qual se situa geralmente o observador” (BOURDIEU, 1998, p.75).

Assim, quando as mulheres entram em cena como parte da história e trazem as suas próprias histórias, a visão do mundo se forma mais complexa e a perspectiva de transformação mais radical.

As Estruturas Sociais: Arcaicas, Machistas e Racistas

O Brasil apresenta o maior índice de concentração de renda do mundo. Isso significa que o país que temos é injusto e sua distribuição de riquezas é a mais desigual do mundo. “Típicamente no mundo, a média dos rendimentos dos 10% mais ricos da população de um país é cinco vezes maior do que a dos 40% mais pobres. No Brasil, ela é 30 vezes maior; na Argentina, 10 vezes.” (SILVA, 1999, p.15). Construído ao longo de sua história, esse abismo social no país é alimentado através de teias de poder as mais diversas – umas mais visibilizadas do que outras.

A desigualdade de classe, que se expressa no indicador anteriormente citado, salta aos nossos olhos, bastando para isso olhar os números, ou mais que isso, olhar as ruas e campos das diversas regiões. Com isso, não quero dizer que esta é a desigualdade que produz as outras. Penso, ao contrário, que os sistemas de exploração e dominação formam teias que se alimentam recíproca e historicamente e que o seu enfrentamento exige que os pensemos a partir das suas várias expressões, e não tratando de hierarquizar qual a mais importante, como se fizesse sentido escolher qual o mal superior e o mal inferior. Todas as formas de dominação e exploração são abomináveis e a história de todas e de cada uma deve ser “resgatada”, para agir sobre o presente e pensar o futuro.

A forma de exploração capitalista, que faz ricos e pobres, muda conforme as conjunturas históricas, o grau de desenvolvimento tecnológico, a capacidade dos dominados reagirem e conquistarem poder, etc. No caso do Brasil, sua própria desco-

berta como um novo território, a exploração está relacionada a uma prática de dominação daquela época, quando a conquista de terras e de povos era o meio de estender reinos, acumular poder e riqueza. Uma imensa diferença entre aquele tempo e hoje, é que, antigamente, a pobreza era considerada uma condição natural de uma parte da população. Assim como o seu contraponto, a riqueza era vista também como atributo próprio daqueles cujos privilégios eram originários de uma ordem superior e quase divina de organizar o mundo. Hoje, a pobreza está definitivamente revelada enquanto construção social, como produto de relações de dominação e de exploração, contendo velhos e novos significados em termos de relações sociais.

No Brasil, a ideologia patriarcal e racista foi um elemento central da ação dos colonizadores, a qual vem se reproduzindo como herança cultural até os nossos dias. As estruturas da nossa sociedade, marcadas por profundas desigualdades de classe, estão construídas a partir de um ideário positivista que justificou, através de argumentos naturalizadores da vida social, as formas de violência exercidas sobre as mulheres e a população negra. A construção da pobreza como prerrogativa dos modelos de desenvolvimento econômico brasileiro, que se sucederam ao longo dos tempos, associa formas de exploração de classe, de raça e de gênero.

Os efeitos deste processo histórico estão presentes em todas as dimensões da sociabilidade em nosso país. São exemplos disto o sistema patrimonialista que impera nas relações políticas e na conformação do Estado Brasileiro; a presença majoritária de mulheres e, sobretudo, mulheres negras, nos extratos mais pobres da população; as instituições que regulam as formas de sociabilidade ainda impregnadas pelas regras da dominação masculina e nos âmbitos da vida reprodutiva e da esfera doméstica, a exploração do corpo das mulheres e a violência sexual. São marcas que persistem de tempos imemoriais.

Um problema grave da atualidade é, em primeiro lugar, o vazio destas questões nos discursos públicos sobre a realidade brasileira. Esse vazio tem uma gradação, sendo a violência de raça a mais ausente. Mais grave ainda é que essa violência foi romantizada através das teorias explicativas da miscigenação de raças no país.

Para falar sobre isto com mais substância e mais clareza vou citar passagens de um texto recente da filósofa, feminista e militante do movimento de mulheres negras Sueli Carneiro (1999). "No Brasil, a dimensão racial, presente na temática da violência de gênero, continua sendo subestimada no discurso sobre esta violência, embora, se formos fiéis à história do país, seja impossível falar de violência de gênero sem considerar que o racismo versus a violência racial é uma das questões estruturais desta discussão... O chamado *estupro colonial* ocorrido em nosso país, perpetrado pelos senhores brancos sobre mulheres negras e indígenas, é um dos pilares da decantada democracia racial pela mestiçagem que produziu, fato que está na origem de todas as construções sobre a identidade nacional e das relações hierárquicas de gênero e raça presentes em nossa sociedade." (CARNEIRO:, 1999, p.19) Indo mais longe, essa autora escreve: "Porém, o que poderiam ser consideradas *histórias* ou reminiscências do período colonial, permanecem atuantes no imaginário social, renovando-se e adquirindo novas funções em uma ordem social supostamente democrática, mas que mantém intactos os papéis instituídos, no período escravagista, para as relações de gênero conforme a *cor* ou *raça*. Esta tradição continua legitimando formas particulares de violências vividas pelas mulheres negras, dentre as quais se destacam o turismo sexual e o tráfico de mulheres, situações que apresentam o corte racial como um marcador fundamental." (op.cit., p.19)

É importante verificar que o Estado brasileiro é controlado pela elite branca e masculina. As igrejas mais poderosas no país são dirigidas pelos homens brancos. Os meios de produção são domínio dessa mesma categoria de pessoas. Os meios de comunicação, que hoje representam um espaço estratégico de poder, são inteiramente controlados por essa mesma elite. Os homens também dominam o poder dos sindicatos, sejam eles de trabalhadores ou patronais. Os homens brancos são a maioria dos executivos com os melhores salários do país. Essa lista é contínua e transversal.

Relacionando esses dados à definição de Goldenberg - citada por Dahlerup (1989) - sobre uma forma de poder patriarcal em contextos contemporâneos, pode-se dizer que a situação do Brasil se encaixa perfeitamente. Segundo essa autora, *deve-se ou* pode-se chamar de patriarcal "Qualquer sistema de organização política, econômico-

ca, industrial, financeira, religiosa e social na qual a esmagadora maioria de posições superiores na hierarquia são ocupadas por homens.” (DAHLERUP, 1989, p.103). A isto poder-se-ia acrescentar elementos da concepção weberiana de patriarcado como sendo um tipo de dominação que se sustenta na tradição e que tem a cultura como campo de legitimação.

O esquema anterior vai passando gradativamente pelas estruturas de poder e as mulheres vão aparecendo à medida que vai baixando os níveis de poder ou privilégio. As mulheres negras vão aparecendo à medida que esses níveis baixam ainda mais. *O que isto significa?* - pode-se perguntar. Os significados são de várias ordens, materiais e simbólicos. E para lembrar outra vez, engendram relações de classe, de gênero e raça.

Para ir decifrando essa engrenagem é preciso dizer que as mulheres brancas atravessam essa engrenagem de maneira diferente das mulheres negras. Assim como os homens brancos se situam diferentemente dos homens negros. A partir daí não é possível fazer uma escala de como se misturam os homens e as mulheres a partir das diferentes raças. Mas uma primeira coisa pode ser dita: quem domina os espaços do poder da sociedade brasileira é a elite dos homens brancos. Uma outra questão é a própria definição da raça. Pode-se outra vez recorrer ao argumento de que no Brasil elas são misturadas. Mas já lembramos o custo dessa mistura. Por outro lado, a auto-definição e percepção social de quem é branco e de quem é negro são reconfiguradas nas diferentes partes do mundo. No Brasil, a escala de “ser branco” sofre o máximo de elasticidade, pois dessa forma é possível pertencer às elites. Nem que seja a elite definida pela cor. Apenas ser branco.

As mulheres brancas e negras foram confinadas, seguindo a tradição ocidental, ao espaço doméstico, como sinhasinhas ou como escravas, o que foi se desenvolvendo do ponto de vista das relações de dominação para donas de casa e empregadas domésticas. A entrada das mulheres no mercado de trabalho ainda reflete essa tradição. Nas empresas privadas ou nas repartições públicas desempenham funções menos remuneradas; ocupam, quantitativamente, de maneira inferior, os postos de direção; desempenham majoritariamente as tarefas ligadas à reprodução social nas

esferas dos serviços públicos; e no trabalho da agricultura familiar, se ocupam de tarefas que são denominadas de subsistência.

As empregadas domésticas formam a maior categoria de trabalhadoras, a qual merece uma análise mais detalhada por ser muito ilustrativa dos processos de dominação que ainda prevalecem. Ainda falaremos dessa categoria profissional mais adiante. Nesse cenário, mulheres brancas e mulheres negras estão em todos os espaços. Mas a inserção se redefine a partir da raça. Mas a partir dessa inserção desvantajosa ou desigual das mulheres em geral, as brancas são mais numerosas, e ocupam melhores postos comparativamente às negras. Por exemplo, na relação patroa versus empregada doméstica, são majoritárias as brancas enquanto patroas e as negras enquanto empregadas.

No mercado do “turismo sexual”, além de mulheres negras, estão também as brancas. Mas no imaginário daqueles que demandam e que produzem esse tipo de “turismo”, o aspecto racial é tomado como um indicador de qualidade do produto sexual. E essa referência, de acordo com o que foi colocado anteriormente, é a sexualidade da mulher negra. Existem grupos poderosos que sustentam as redes desse tipo de exploração sexual. A legalidade e a ilegalidade são faces da mesma moeda nesta engrenagem de mercado.

Aos elementos já colocados nessa modalidade de exploração, acrescenta-se ainda a questão da idade. As principais protagonistas deste drama social são mulheres jovens e crianças. Envoltas na aura do romantismo, muitas jovens sonham com o homem branco que virá resgatá-las da penúria em que vivem como meninas pobres, da violência cotidiana a que estão submetidas. Sonham em consumir o que lhes oferece a televisão. Na televisão, também aprendem que o corpo produzido e mercantilizado é um caminho para a ascensão social. Neste caso, a oferta do corpo envolvida em um jeito de ser tropical, uma espécie de feminilidade dos trópicos, construção antiga dos patriarcas, é tão somente uma armadilha através da qual se reconstruem os caminhos da relação de dominação e exploração. Na paisagem social, a violência sexual, associada aos efeitos da pobreza, cria formas chocantes em

termos de relações humanas. O “turismo” sexual talvez seja uma das mais expostas, por ser, justamente, um artigo de exportação.

O poder público tem anunciado medidas para coibir essa prática. No entanto, ela permanece como parte da paisagem cotidiana do país. Para enfrentamento do problema é preciso combinar ações nacionais e internacionais. Enfrentar o problema do ponto de vista econômico e dos direitos humanos. Construir possibilidades de educação e vida profissional para as meninas, mulheres jovens e adultas que ainda não encontraram minimamente o prazer de usufruir dos direitos de cidadania. É preciso também compreender esse problema nos seus aspectos materiais e simbólicos.

Bem, é longo e cansativo esse exercício de ir refazendo os tecidos das desigualdades. Contudo, é importante expor algumas situações como se fossem um desenho, para torná-las visíveis e trabalhar seus significados. Acredito que assim seja melhor para perceber o significado das lutas dos movimentos negro e feminista enquanto práticas políticas e produtores de pensamento crítico. Não me sinto, entretanto, formada o suficiente para tratar com mais conhecimento o problema racial. Em função disso, a abordagem de raça no texto aparece de forma irregular. No entanto, faço aqui tanto um exercício de aprendizado sociológico, quanto um ato de compromisso político. Não posso falar do país, fazendo de conta que não enxergo as cores da injustiça. Até porque as mulheres negras me fazem ver a cada debate que temos, o que acontece quando não levamos em conta essa dimensão.

Do ponto de vista do feminismo, a transformação das relações de gênero está articulada às mudanças nas relações pessoais entre homens e mulheres, mas exige mudanças estruturais nas formas de organização da sociabilidade. Esferas pública e privada, produção e reprodução são relações hierárquicas estruturantes do funcionamento da sociedade ocidental fundadas na desigualdade de gênero.

Quando a denúncia política é feita, uma primeira transformação aparece: aquela do sentido da realidade, mesmo que ainda prevaleçam as desigualdades e que o senso comum ainda as tome como parte “normal” do cotidiano. A matriz original de cidadania centrada no homem branco foi desestruturada. E é essa luta por cida-

nia que qualifica o processo de democratização do país. Torna essa democracia mais radical, no sentido de penetrar nas raízes da sociedade. A luta por democracia no Brasil foi, desde o início, uma luta por “cidadania real”, para usar a expressão de Touraine.

Segundo Francisco de Oliveira (1998), a construção da cidadania e da democracia são processos intermináveis, no sentido de que no mesmo momento em que as aquisições cidadãs e democráticas são confirmadas, recomeça o trabalho de ampliação dos limites já alcançados. Esse recomeço, segundo ele, deve ir no sentido de ampliar o que se adquiriu e não deve ser confundido com “eterno retorno, incansável e sem esperanças”. Apesar de que nesse país, por tradição, as elites política (conservadora) e econômica estão permanentemente agindo para destruir os patamares mínimos de direitos alcançados pelos “dominados/as”. Acredito que a consciência política do direito a ter direitos e da revolta contra as injustiças sociais tornam irreversíveis o caminho em busca de cidadania.

Do Público e do Privado

Por meio do trecho de um texto de Sennet (1998), é possível resgatar um pouco, dos elementos que foram construindo os significados de gênero na estruturação das esferas pública e privada. “O público como um domínio imoral significava coisas um tanto diferentes para homens e mulheres. Para as mulheres, era onde se correria o risco de perder a virtude, enxovalhar-se, ser envolvida em - *um estonteante e desordenado torvelinho* - (Thackeray). O público e a idéia de desgraça estavam intimamente ligados. Para um homem burguês, o público tinha uma conotação moral diversa. Saindo em público, ou - *perdendo-se no público* -, como era a expressão usada no século XIX, um homem era capaz de se retirar dessas mesmas características repressivas e autoritárias da respeitabilidade que se supunha estarem encarnadas na sua pessoa, enquanto marido e pai no lar. Assim, para os homens, a imoralidade da vida pública estava aliada a uma tendência oculta, para que se percebesse a imoralidade como uma região da liberdade, ao invés de uma região de simples desgraça, como era para as mulheres” (Sennet, 1998, p.39).

Essa é uma fala sobre o século XIX. Como história, é um tempo muito perto de nós. Essa é também uma fala sobre sociedade ocidental do norte. Mas os modelos que organizam nossa sociedade são todos originários dessa matriz. Indo mais longe no tempo, e chegando à antiguidade, na Grécia já encontramos os homens na praça pública exercendo o direito político de expressão e as mulheres confinadas no espaço doméstico.

As mulheres que se destacam na história pelo exercício do poder político são, com raras exceções, tratadas geralmente como pessoas de conduta desviante, ou uma excepcionalidade da condição feminina, e não como excepcionalidade das possibilidades históricas.

Hoje, no Brasil, tudo está em causa, em relação a esse modelo: a desigualdade entre homens e mulheres e qualidade das relações vividas nesses dois espaços público e privado. Há uma crise nos padrões da moralidade pública. A democratização no Brasil traz, ainda que de forma incipiente, a revelação dos males que organizam os negócios do Estado.

Ainda vigora no país uma privatização do poder público. Esse modelo sustentado na herança patriarcal permitiu e, ainda permite a prática distorcida, fazendo do Estado um meio de expansão do patrimonialismo – que vem de patrimônio, de patriarca. Mas através de uma leitura do livro *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda (1999), constata-se que aqui sempre ocorreu “o predomínio das relações familiares sobre as relações políticas”.

Os patriarcas atuais usufruem no privado as benesses que extraem de seus mandatos públicos. Reabastecem suas famílias e seus séquitos, favorecem suas empresas com o dinheiro oriundo dos impostos da população. E de acordo com suas conveniências, utilizam os atributos do privado para resguardá-los de problemas na ação política. A sociabilidade é, então, construída a partir dessa disjunção entre moral pública e conduta privada. Nesses últimos anos, com o processo de rompimento do autoritarismo enquanto sistema político, os meios secretos e privados de confisco

do bem público têm muitas vezes fugido do controle dos poderosos, e são denunciados publicamente, o que tem produzido escândalos sucessivos.

É verdade que muitas das denúncias ainda ficam sem apuração, e quando apuradas e comprovadas as irregularidades, fraudes, etc., na maioria das vezes, os culpados não são punidos. Mas, deve-se perceber que há uma transformação, uma ruptura com um código que considerava tudo isso como algo natural. É uma mudança que acontece, primeiramente, no campo da cultura política, de forma ainda muito incipiente. Essa mudança que tem a democracia como contexto necessário, é promovida em primeiro lugar pela ação dos partidos de esquerda comprometidos com a justiça social.

Quando uma liderança política de um partido denuncia um esquema de privilégios, muitas coisas são reveladas no processo. Ligações familiares entre os negócios das empresas e os negócios do Estado; ressentimentos amorosos servem de base para se produzir revelações; os esquemas de exploração entre os que ganham muito com as fraudes e os que ganham pouco, mas participam. Esses esquemas revelados trazem à tona as teias que se formam por toda a sociedade para sustentar os esquemas de corrupção. É necessário olhar para eles como parte de uma cultura política que necessita ser transformada, e entendê-los não como questões esporádicas, mas como elementos que estão presentes na estrutura social.

É importante pensar que o patrimonialismo que vigora nas relações sociais do Brasil não se expressaria com tamanho vigor na esfera do Estado se relações patriarcais não estivessem tão presentes na dinâmica das relações privadas no cotidiano. Do ponto de vista público, o movimento de mulheres ao questionar os padrões de moralidade e ao desnaturalizar as relações de poder na família, fragiliza essa tradição. Vulnerabiliza essa proteção do homem através da tradição. Os partidos de esquerda que lutam contra o patrimonialismo e o clientelismo, ainda não ousaram questionar o sistema moral tradicional baseado em códigos de gênero que sustentam e reproduzem esse estado de coisas. É necessário compreender que a vida política é uma dimensão da sociedade, portanto reproduz todos os valores que nela

estão presentes. As práticas políticas estão sustentadas por esquemas econômicos materiais, mas também por esquemas simbólicos de representação do mundo.

Os anos 90 nos mostram como ainda são frágeis as aquisições políticas e sociais, ao ponto de os retornos a situações antigas ainda se confundirem na prática com retrocessos. No entanto, é bom pensar que a democracia está se construindo em meio a estruturas de poder consolidadas historicamente através da desigualdade, da exploração e dos sistemas de clientelismo e corrupção, o que faz com que a desestruturação desse velho padrão de sociedade requeira muita organização e persistência. É preciso também compreender que a democracia tem permitido a revelação dos males sociais, e assim, ela própria se fragiliza pelo que ela permite revelar. Mas a revelação já é um sintoma da mudança. Sintoma doloroso é bem verdade, mas necessário para se processar a transformação.

A análise das questões políticas não pode se restringir ao âmbito do Estado. Para a transformação da realidade, a ação política deve ser pensada como uma atividade criativa, fonte de mudanças, que se apresentam como necessárias a partir dos processos históricos e que devem se realizar em todas as dimensões da sociabilidade.

A democratização da esfera pública não traz apenas novas questões para o debate, mas traz também novas formas de fazer política. No caso do movimento de mulheres, o apreço pela democracia direta e pela democracia participativa pode ser considerado como uma contribuição importante para expansão do projeto democrático brasileiro. Essa contribuição pode ser vista em três níveis: a própria construção de novos canais de participação política (aumentando os lugares de decisão e controle sobre o poder público), o questionamento do modelo hierárquico e discriminador dos partidos políticos e a defesa do fortalecimento da sociedade civil organizada e da sua autonomia.

Essa é uma questão fundamental, na perspectiva da transformação das estruturas de poder. A partir da Constituição de 1988, mecanismos institucionais foram criados baseados nessa concepção de democracia participativa como é o caso dos diversos tipos de Conselhos cuja finalidade, mesmo levando em conta as variações de for-

mato, é o controle social e a participação nas decisões sobre as políticas públicas. Esses mecanismos ainda têm problemas no seu funcionamento.

Por um lado, são experiências recentes que ainda não contam com uma sociedade civil, suficientemente organizada e equipada para responder a esse desafio. Por outro lado, o poder executivo nos diferentes níveis e com raras exceções, ainda funciona na velha tradição centralizadora e hierárquica e tem dificultado bastante a atuação desses mecanismos. No caso dos conselhos em defesa dos direitos das mulheres, eles existem em diversos níveis - federal, vários estaduais e muitos municipais. Foram, em princípio, uma conquista dos anos 80 que ainda não responde de maneira plena ao seu papel político e social.

Os conselhos são apenas um exemplo, e estão situados na relação entre poder executivo e sociedade civil, mas essa expansão da participação deve ser pensada para além dessa esfera do Executivo. No caso brasileiro, é urgente um processo de democratização do poder Judiciário, como também uma profunda transformação nas relações políticas do Parlamento, tanto no que diz respeito às representações, como na própria dinâmica interna dos princípios éticos e das regras que estão atualmente em vigor. Nos dois casos, faz-se necessário também, mudanças culturais que provoquem rupturas mais profundas nos hábitos tradicionais que sustentam as práticas de privilégios e clientelismo. Como afirma Boaventura de Souza e Santos (1999) falando da democracia participativa: "Aliás, é imperioso que tal ocorra para que o objetivo de erradicar de vez a privatização patrimonialista do Estado se realize." (SANTOS, 1999, p.122). E esse mesmo autor ainda completa com a seguinte elaboração: "...que as lutas democráticas dos próximos anos sejam fundamentalmente lutas por desenhos institucionais alternativos". (op.cit.,p.125).

Considero que não tem sido dado um espaço necessário para a reflexão e aprimoramento desses novos meios da democracia. Essa forma de participação exige uma elaboração sobre o significado da radicalidade política através do diálogo e da negociação. O movimento feminista sempre recusou a violência e a dominação como meios de exercício do poder, por isso traz na sua própria história, o compromisso

em colaborar no debate sobre os métodos democráticos de enfrentamento do conflito na esfera pública.

O presente traz o peso das estruturas mais antigas de desigualdade, os ciclos de autoritarismo, incluindo o último que se estendeu de 1964 a 1985. Mas para nós situarmos em um tempo mais recente, é bom tomarmos o impacto direto dos processos iniciados na década de 80 sobre a construção da cidadania. Este período que caracterizou-se, por um lado, por uma crise econômica versus políticas de ajuste estrutural, as quais se mantêm como marco para definição das políticas públicas no Brasil.

Por outro lado, definiu-se também como o momento da democratização política com forte demanda de justiça social. Daí termos o fim do regime militar em 1985 e a promulgação da nova Constituição em 1988. Esta ficou sendo conhecida como a Constituição cidadã, uma vez que promoveu de maneira inusitada, na história do país, uma democratização dos direitos e se realizou através de uma ampla participação da sociedade civil organizada. Os sujeitos portadores de demandas por direitos à Assembleia Nacional Constituinte, formavam uma grande diversidade de organizações políticas, o que trouxe uma ruptura com a velha ordem e uma reestruturação do sentido da cidadania, extrapolando o significado da justiça social e da igualdade para além da perspectiva de classe, ao incluir as de gênero, raça, orientação sexual e outras.

É bom frisar que, na tradição da vida política brasileira, a via familiar tem-se constituído como um dos caminhos para as mulheres conservadoras e sem compromisso com mudanças sociais, ascenderem na esfera dos poderes públicos. E o que fazem como filhas e esposas, associando sua condição feminina a um projeto de manutenção do poder econômico e patrimonialista. Nessa forma de fazer política, as mulheres vêm para o público sem qualquer ruptura com o sistema de dominação de gênero.

Fazer essa diferenciação dos caminhos que levam as mulheres para a esfera pública é fundamental, uma vez que, em nome das aquisições históricas do movimento feminista, armam-se estratégias do lado conservador da política para legitimar mulheres como sujeitos políticos, apenas por serem do sexo feminino, em uma

evidente manipulação dos objetivos da luta pela emancipação das mulheres. Dessa forma, há uma renaturalização da relação entre mulher, política e vida familiar.

A família naturalizada como o espaço de bem-estar, oferece ao homem o status de chefe-de-família, esposo, pai - que funciona como um símbolo de integridade moral. Esse status, muitas vezes é usado para encobrir a perversão de sua conduta pública e muitas vezes esconde sua violência na vida privada. Por outro lado, mulheres conservadoras também utilizam símbolos que associam o feminino aos dotes naturais de bondade e responsabilidade social e fazem uso desses símbolos para se apresentarem na vida pública.

Já do ponto de vista dos/as dominados/as e dos/as desfavorecidos/as, o status de chefe-de-família não significa nenhum tipo de garantia como cidadão ou cidadã, nem mesmo o direito ao emprego. É comum se verificar que os homens despossuídos de condições políticas e sociais exercem a violência na vida privada sobre as mulheres e as crianças. Os homens de classes abastadas também exercem violência sexual e doméstica. A diferença é que nas classes média e alta, essa violência é mais encoberta pelo círculo familiar. Sendo portanto essa uma relação de violência de gênero que atravessa as inserções de classe. As mulheres, por sua vez, no espaço doméstico, também exercem um tipo de violência bastante condenado hoje em dia; a violência sobre as crianças. Dessa forma, cria-se uma hierarquia da violência doméstica. Hoje já existem os meios legais para coibi-la.

As mulheres que são chefes-de-família - o que é estimado atualmente em torno de 22% das famílias - enfrentam situação muito adversa. Essa situação seria explicada pelo fato de que a maior parte das famílias chefiadas por mulheres são monoparentais em 95% a 97% dos casos. Isto é, tem a mãe e não o pai. Isso repercute negativamente sobre a renda delas, já que a contabilidade da renda familiar é feita com base na contribuição monetária do total dos membros da família com algum tipo de ocupação.

Isso significa que: se de maneira geral, as mulheres têm rendimento médio mensal inferior ao dos homens e se as mulheres assumem sozinhas a responsabilidade pela

família, provavelmente estarão mais expostas à pobreza, especialmente quando seu nível de escolaridade é reduzido.

O espaço doméstico como reduto de violência é uma realidade visibilizada muito recentemente e as estatísticas no Brasil são assustadoras. Só como exemplo, em pesquisa realizada entre 1992 e 1994 pelo Governo Brasileiro na preparação da Conferência da Mulher em Pequim, de 50 famílias com casos de violência sexual, 82,6% dos agressores sexuais no âmbito intra-familiar eram pais biológicos de suas vítimas. Dos casos pesquisados, 11 meninas tiveram filhos de seus próprios pais. (Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, 1997).

Além disso, é no espaço doméstico que acontece uma relação de exploração de classe que ainda não está suficientemente politizada no Brasil: a que existe entre empregadas domésticas e patroas e/ou patrões. Como categoria majoritariamente feminina, essas profissionais estão sujeitas a uma combinação de exploração de classe e violência de gênero. A situação, hoje, é diferente em função da própria luta política que essa categoria desenvolveu tendo conquistado direitos como trabalhadoras na Constituição de 1988. Considero um marco histórico na ruptura dos resquícios escravocratas nessa relação.

Essa conquista ainda não é integral, mas já garante coisas básicas, e os sindicatos têm conseguido mediar as relações de trabalho. Mas é comum ouvir histórias sobre a iniciação sexual dos jovens patrões com empregadas domésticas. Essas relações sexuais acontecem pela força, e sempre foi, na tradição da família brasileira, uma violência consentida - e mais que isso: valorizada como processo de construção da masculinidade. Essa violência ainda combina uma outra dimensão do sistema de exploração e opressão, que é o de raça. A maioria das empregadas domésticas são negras. Além disso, vem da escravidão o domínio do homem branco sobre o corpo da mulher negra como parte do seu patrimônio. Faz parte da forma do domínio patriarcal os homens brancos possuírem, através da força, o corpo das mulheres negras. Nessa tradição, tudo que está localizado nos domínios do senhor é de sua propriedade, incluindo aí os seres humanos. As empregadas domésticas ainda so-

frem, até hoje, o peso dessa tradição, as transformações sociais nessas relações ainda não eliminaram totalmente esses elementos.

Mas a constituição das empregadas domésticas como categoria profissional, portadoras de direitos, é o resultado da luta de mulheres organizadas a partir dessa inserção social no doméstico. Como categoria profissional elas se constituíram como sujeitos e estão lutando para ampliar suas conquistas. Do ponto de vista moral, a ruptura com a tradição também foi feita. Essa violência é hoje condenada, e se ainda acontece, pode ser denunciada - o que, com certeza, deflagrará uma luta por punição. Mas ouvindo os relatos das empregadas domésticas, encontramos outras adversidades no contexto de seus trabalhos. É um lugar de vulnerabilidade que se agudiza muito mais nas condições de pobreza da sociedade brasileira. As empregadas domésticas representam 1/5 da mão-de-obra feminina no país. Isso é também um indicador da falta de perspectiva de trabalho, uma vez que essa categoria apresenta níveis baixíssimos de escolaridade e de formação profissional.

A valorização da família sem uma problematização do seu modelo e das relações de poder internas à sua constituição, favorecem não só a impunidade e a reprodução da violência doméstica, como também a sua própria destruição como espaço de agregação afetiva e desenvolvimento humano.

A democratização da vida familiar deve fazer parte do processo geral de transformação da sociedade brasileira. Essa transformação exige uma mudança radical na distribuição da riqueza, pois a pobreza e a miséria são fatores de desagregação e violência na convivência humana. Mas é importante frisar que a democracia na vida privada exige transformações nas relações de gênero e classe. A privação vivida pelas mulheres no espaço doméstico, uma vez politizada e assumida pelas mulheres como um tema da cidadania contemporânea, tornou irreversível o processo de transformação da instituição familiar.

Inclusão e Exclusão

A tensão entre construção de igualdade e produção de desigualdade é o cerne do conflito na arena da cidadania no Brasil. À atual produção de igualdade, acrescenta-se um déficit histórico de justiça social que torna maior o desafio de promover igualdade porque, além de redistribuir riquezas, garantir justas leis e liberdade política, temos que desnaturalizar as representações da desigualdade que se cristalizaram no tempo e passaram a ser vistas como próprias da condição humana.

No cenário atual, aparecem novas estratégias, que visam desestruturar, ou impedir que se estructurem políticas públicas promotoras de bem-estar coletivo. Essas estratégias são apresentadas com justificativas bem construídas e chamadas de científicas, com o objetivo de transformá-las em verdades inquestionáveis. Neste caso, ciência e verdade se confundem e estão fundadas em uma lógica única. É a partir daí que se coloca o presente como um tempo novo, desprovido de história, onde o mercado é a única referência, e tenta-se destruir todas as doutrinas, ideais ou conceitos que fazem parte de um legado da história sobre o qual se assenta a perspectiva de construção da justiça social. Faz parte disso a ação da elite dominante pela desmoralização da luta por cidadania, mostrando-a como projeto político não moderno, como coisa arcaica no sentido de atrasada. Para isso a metodologia política utilizada é aquela baseada no marketing do mercado.

Sobre isso, Bourdieu (1998) faz o seguinte comentário: “Há pessoas que elaboram coletivamente, sob a forma de consenso, um discurso fatalista, que consiste em transformar tendências econômicas em destino. Ora, as leis sociais, as leis econômicas, etc. só se exercem à medida que se permite que elas ajam.” (BOURDIEU, 1998, p.75). Segundo esse autor, a síntese dessa perspectiva é a Globalização.

Instituir a crença de que só existe uma lógica possível na condução da economia, da política, da questão social, é uma tentativa de realizar a forma mais profunda de dominação, que é aquela que elimina qualquer possibilidade de ação ou de reação e resistência por parte dos/as que estão sendo dominados/as. E é sempre isso o que se tenta fazer quando se quer explorar as pessoas. O que se tenta hoje instaurar

como crença é que a lei do mercado é o único meio de organizar as relações sociais. A globalização é o conceito que explica esse processo de dominação através dos jogos do capital financeiro e do controle da economia por parte das grandes corporações dos países do norte.

No caso brasileiro, segundo Francisco Oliveira, “Houve um deslocamento da política operado pelas classes dominadas, sobretudo no campo do simbólico, mudando a configuração da política no Brasil.” (OLIVEIRA, 1998, p.23). Esse método é bastante utilizado nos processos eleitorais quando a construção de imagem de candidatos coloca-os como produtos a serem vendidos. A pesquisa de opinião pública é utilizada para constatação dos impactos da propaganda sobre a população e das suas preferências, com o objetivo de se apropriar das opiniões e reunificá-las, quer dizer, reproduzi-las tanto quanto possível a partir da sua expressão mais superficial, utilizando-se da falta de informação, e valendo-se da ignorância como um meio para se apropriar do desejo e das aspirações da população.

Busca-se, dessa forma, os meios de enganar, como parte do projeto de manutenção do poder. No atual contexto, os encarregados de produzir imagem criam uma realidade virtual que distorce e se sobrepõe à experiência real das pessoas. O modelo se baseia na idéia de transformar cidadãos em consumidores, e dessa forma, nas eleições, por exemplo, os votos passam a ser objeto da publicidade sem valor transformador. A escolha política passa a ser o resultado de uma batalha travada no campo da propaganda.

Como contraposição a isso, existe hoje um amplo trabalho de educação para cidadania através do qual a sociedade avança em exigência, em busca de informação. Apesar da hegemonia do modelo de mercado, existem fissuras e novos canais de educação e conscientização política da sociedade. No momento em que o silêncio e a dominação das idéias pelo terror da repressão foram rompidos, um desencadeamento de ações educativas tomaram conta da vida social. Esse processo conta com poucos recursos e exige tempo.

A educação para a cidadania é um trabalho fundamental no sentido de fazer avançar o grau de compreensão dos direitos e a exigência da população em relação à ampliação dos espaços de participação política e ao papel do Estado na promoção do bem-estar. Assumir as responsabilidades que a cidadania traz para cada um/uma é parte dessa educação. A ética e a solidariedade também devem constar desse aprendizado.

Um grande embate se coloca entre a lei do marketing e a do consumo, e a organização política com processos variados de esclarecimento político e tomada de consciência. Este é um conflito fundamental do estágio da democracia política atual.

No processo de globalização, os países ricos do norte impuseram aos países do Sul, com imensos contingentes de pobreza, a realização de uma política econômica denominada de ajuste estrutural. A partir desse enfoque, o desenvolvimento tem como prioridade o controle dos gastos públicos e o combate à inflação, tão desejável como forma de melhorar as condições de vida, e se torna a justificativa de toda e qualquer medida contrária aos interesses da maioria da população.

O ajuste estrutural é o conceito que legitima a exclusão social como consequência inerente do modelo econômico em vigor, o qual tem acelerado o processo de exclusão social. Como diz Francisco de Oliveira (1998): "Porque se trata agora é da exclusão em sentido forte, não da exclusão do mercado; não - embora esta seja sua base material - do desemprego como exclusão do mundo do trabalho; não é o da destruição das políticas públicas - como públicas e corolário da exclusão do mercado, embora esta seja uma de suas formas concretas; o que se trata é da exclusão do campo de significados que, em mãos dos dominados, dá eficácia simbólica à luta pelos direitos humanos." (OLIVEIRA, 1995, p.9).

A respeito da execução das políticas sociais em tempos de ajuste estrutural, há uma reprodução da injustiça social que não é visível na sociedade. Trata-se da utilização das mulheres na execução de programas governamentais que garantem a reprodução social a partir de uma exploração da mão-de-obra feminina. Essa exploração está fundada em uma tradição que alia a idéia do trabalho voluntário a um sentido

de piedade pelo próximo como atributo de uma condição de ser mulher. Essa tradição profundamente injusta e naturalizada ao longo da história foi capturada e atualizada nos princípios do ajuste estrutural que, baseados em uma análise funcional das relações de gênero, utilizam a divisão de papéis sociais como base de suas estratégias. Essa divisão desigual de tarefas é percebida e utilizada como elemento de uma estrutura social que deve ser mantida com a finalidade única de garantir o desenvolvimento econômico concentrador de riqueza.

No processo de globalização, a capacidade de as mulheres exercerem várias atividades como parte do seu cotidiano é tomada como um valor econômico para a acumulação do capital, e não como um valor social que beneficie as mulheres enquanto cidadãs. Essa é uma grande contribuição que a experiência das mulheres, a partir de sua história e da reflexão teórica e política pode levar para um novo tipo de desenvolvimento, que é justamente não dicotomizar nem hierarquizar as várias instâncias da vida. Tomando-se o cotidiano como o todo, onde cada um deve se ocupar das tarefas reprodutivas, exercer atividades políticas e ter uma profissão que as realize enquanto pessoa. Deve haver, enfim, a possibilidade da escolha. Para isto, é importante que como perspectiva comecemos a questionar a relação hierárquica entre o mundo da produção e o da reprodução e dicotomia entre esfera pública e esfera privada.

A exclusão realizada do ponto de vista objetivo e material está associada a uma representação social e essa dimensão simbólica possibilita que essa situação se mantenha e se reproduza. No campo da produção do conhecimento, as explicações sobre a realidade social atingem e são atingidas pelos conflitos da arena política. É da relação entre teoria e prática que os novos conceitos emergem.

No contexto atual, as exclusões são de diferentes bases e atingem milhões de pessoas. A exclusão social, na perspectiva de quem defende a possibilidade de transformação social, não deve ser entendida como estar fora da sociedade, como se imagina comumente. Na sociedade em que vivemos, as relações sociais são formadas pela tensão entre inclusão e exclusão. Estar excluído/a não é estar fora da sociedade, é muito mais grave do que isso: é estar dentro dela e destituído/da da parti-

cipação nos bens sociais, sem acesso à riqueza e à proteção comuns aos cidadãos/ãs. Isso implica a existência de uma perversão social.

A exclusão é o resultado de um modelo cujo objetivo é a concentração de riqueza, a fragmentação dos problemas humanos e a estigmatização dos males sociais como males inerentes aos indivíduos, incapacitando-os, dessa forma, para a conquista da cidadania. Cria-se, assim, a banalização da vida humana, tudo se torna objeto de consumo.

As condições sociais que produzem as exclusões, também variam no tempo. São os movimentos sociais e políticos, através de suas lutas, que visibilizam as formas de exclusão e denunciam suas causas. O processo político altera a representação social sobre essas causas que estavam absolutamente naturalizadas no senso comum, tomando-se, portanto formas evidentes da existência social. Por outro lado, há uma estratégia do ponto de vista dos que defendem a perspectiva neo-liberal de construir uma nova naturalização das formas de dominação. Através de estratégias de mídia, apresentam-se novos padrões, novas representações do social, transferindo os valores da cidadania para o plano do consumo. Os esquemas de exploração são colados a partir de uma lógica, que se apresenta como algo inexorável, uma forma de ação cujo controle está fora do alcance das pessoas, o que tem também a finalidade de tornar inútil a organização política que visa a transformação social.

Nesse processo de exploração, estão visíveis as formas tradicionais de acumulação do capital através da apropriação da mais valia, e está visível o desemprego como resultado do uso da tecnologia que visa eficiência e lucro e descarta o indivíduo. Daí os milhões de desempregados não poderem mais ser considerados “um exército de reserva”. Do ponto de vista do ajuste estrutural, que é uma forma atualizada de exploração do capitalismo, esses desempregados são descartáveis.

Segundo Boa Ventura (1999), o trabalho historicamente sustentou a cidadania. É necessário que a cidadania redescubra as potencialidades democráticas do trabalho. Neste sentido, muitas questões se colocam: a relação do tempo entre produção e reprodução; na hierarquia social, a produção de bens sempre esteve em um lugar

superior ao da reprodução humana, trazendo implícito, nessa valorização, uma divisão de gênero entre essas esferas; as mulheres se integram na produção, através da dupla jornada e assim seu trabalho gratuito, desvalorizado, no âmbito doméstico, sempre serviu e ainda serve como mais um suporte para acumulação do capital; na relação com a natureza, fez parte do modelo da modernidade a destruição dos recursos naturais; a discriminação racial e violência sexual foram atributos permanentes das relações de trabalho. Essas questões, por tradição, não foram problemáticas como parte dos conflitos sociais relativos às relações de trabalho. A visibilização e inserção desses e de outros problemas vêm através dos movimentos feminista, negro, ecológico e outros.

A ação desses movimentos extrapola os contextos nacionais. Existe hoje uma forte articulação internacional, consolidada através de redes e outros mecanismos que colocam as sociedades civis de muitos países do planeta em conexão, e dessa forma, permite uma ação de solidariedade e luta conjunta. A partir dessa ação internacional as realidades locais são reconfiguradas em uma agenda internacional.

O ciclo de conferências voltadas para o social das Nações Unidas (ONU), durante a década de 90, foi um espaço onde se refletiu de maneira impactante esse internacionalismo. Essas conferências formam uma espécie de contraponto aos mecanismos internacionais que lidam apenas com os interesses econômicos, sobretudo dos países do norte. Elas constituem um sinal positivo, na arena global, apesar de não possuírem uma repercussão com impacto social visível.

É interessante o comentário de Lia Zanotta Machado (1996) a esse respeito. "Com certeza, sem tais conferências, nem o objetivo da erradicação da pobreza, nem o objetivo da erradicação de toda e qualquer discriminação entre homens e mulheres teriam sido formulados da mesma maneira no nível internacional. Estou plenamente de acordo com seu papel precursor e progressivo de expansão da noção de direitos sociais. As conferências se nutrem de novas formulações das questões sociais por distintos segmentos das sociedades civis e buscam consolidar novas conceituações e compromissos em torno dos Estados sobre direitos dos povos e dos indivíduos.

Participam, assim, da gestação e consolidação de novas formas de pensamento sobre a definição da noção de direitos humanos.” (MACHADO, 1996, p.69).

Quando se relaciona essa visão positiva das conferências ao seu papel, diante da questão econômica, essa mesma autora assim se apressa: “O meu pessimismo advém de que todas essas conferências e encontros deixam intocado o divórcio entre a questão econômica e a questão social. É como se fossem questões ou dimensões de natureza distintas. As temáticas sociais são pensadas como devendo se agregar à lógica econômica, buscando o equilíbrio entre o *mercado* e os *valores humanos*.” (op.cit., p.69)

Assim, é interessante pensar que, como afirma Durão (1999), não podemos cometer o erro de agir como se estivéssemos em um processo de separar os supostos progressos na luta contra a exclusão social e pela equidade de gênero da subversão que o capital faz às conquistas sociais da humanidade. (DURÃO, 1999). No Brasil, essas questões estão presentes e representam também o desafio de como articular a luta pelo social, a produção de novos valores humanos e a luta pela mudança dos rumos do desenvolvimento. Esse mesmo autor nos diz, que para pensar o Brasil de hoje, é necessário também olhar para a sociedade e sua capacidade de se reproduzir. Desta forma, este país que temos é dilacerado entre a construção política da democracia no seu aspecto institucional e a corrosão das expectativas de cidadania causada pela injustiça social. Cidadania esta que nunca se realizou enquanto realidade social do país.

Em relação à essa tensão entre inclusão e exclusão, pode-se também perceber uma fissura na hegemonia do pensamento neoliberal. A revelação dos dados nacionais e internacionais mostram que o mercado não foi capaz de visibilizar nenhuma possibilidade de bem-estar para os excluídos, e que os movimentos por justiça social ganham força e visibilidade. No Brasil, o Movimento dos Sem Terra (MST), tornou o conflito no campo uma luta fundamental da democracia brasileira. Esse movimento é hoje reconhecido no mundo inteiro, como uma nova forma de luta e resistência. Além disso, através desse movimento, a questão do campo voltou para sociedade como um tema importante. Há alguns anos atrás a reforma agrária era

considerada como uma proposta ultrapassada, sem sentido para as perspectivas do desenvolvimento. A reforma agrária é hoje um ponto focal na questão social e econômica do país. O MST consegue também colocar em uma agenda única a questão social e econômica.

Por fim, é bom pensar que, se queremos um país justo, a construção da justiça passa por transformações das condições materiais da vida, mas implica também em transformações simbólicas: produzir novo senso comum do que é justo e injusto; transformar os sentimentos diante da realidade social.

O Movimento das Mulheres: Novos Direitos e Outras Perspectivas.

A Constituição de 1988 garante às mulheres brasileiras direitos fundamentais para realização da igualdade em termos formais. A longa tarefa à qual o movimento de mulheres tem se dedicado, trata de transformar a formalidade dos direitos em realidade e também avançar em relação às conquistas de 1988, do ponto de vista da formulação dos direitos. Os avanços dos direitos constitucionais em 1988 são imensos, mas a semelhança de todos outros campos de direitos, os direitos sociais específicos das mulheres não se implantam por força da falta de políticas de promoção de bem-estar e de igualdade.

Segundo Amélia Cohn (1999), "Em termos da existência de um marco jurídico para garantia da igualdade e da equidade de gênero, raça e eliminação de todas as formas de discriminação, o Brasil preenche os requisitos necessários, conquista da Constituição de 1988". (COHN, 1999, p.23).

As conquistas desse movimento devem ser pensadas a partir das condições gerais da sociedade. Esse movimento contribui para a luta da cidadania como um todo e também faz conquistas específicas para as mulheres, e assim seus limites e suas possibilidades fazem parte do quadro geral do estado da democracia brasileira.

Uma coisa tornou-se evidente: não é possível pensar justiça social e democracia como as marcas de um país que queremos, sem levar em conta as desigualdades de

gênero e de raça. Se a sociedade como um todo ainda não percebe essas questões dessa forma, os setores realmente comprometidos com as transformações sociais já compreendem que superar as desigualdades nesses campos faz parte do desafio de suas lutas.

Essa compreensão, mostrada através dos diálogos, não é correspondida na ação política do conjunto dos sujeitos do campo da esquerda, uma vez que não apresentam de maneira substancial projetos nesse sentido. Também não incorporam as contribuições críticas desse movimento sobre condutas e valores no campo das relações de gênero.

Essa é uma questão importante à medida que o Brasil que queremos não pode ser construído de maneira fragmentada. Nesse sentido, cada movimento social e cada partido comprometido com a cidadania precisam encontrar pontos de enlace onde as questões específicas ganham sentido para a luta geral. Isso é parte do processo dialético de fazer história, e não pode ficar invisível.

Olhando para o movimento de mulheres, e neste olhar focalizando suas diversas formações, dentre as quais, e de maneira fundamental, a organização das mulheres negras, as perspectivas do país que queremos se torna mais humanizada. Isso porque esse movimento coloca, do ponto de vista filosófico e político, questões que tocam no âmago da organização da vida. Tirar a humanidade de sua generalização masculina e branca é uma conquista sobre a qual é impossível pensar, sem divisar quantos séculos de desigualdade estamos superando. Afinal de contas, a origem das dominações de gênero e de raça perdem-se na história. Também aqui em nosso país, são herdeiras de tempos e lugares remotos.

Essa é uma conquista que marca o sentido de um novo projeto civilizatório. A partir daí podemos vislumbrar a construção de um país civilizado.

O país que queremos exige um longo e tenaz trabalho de educação para cidadania como condição básica para conquistar direitos e também vivificar direitos conquistados. Valores éticos precisam ser conhecidos e muitas vezes reinventados, no sen-

tido de espalhar novo jeito de convivência social. É necessário exigir políticas públicas, transformar o Estado, mas é necessário estabelecer um novo sentido para as relações humanas. Esse tem sido um esforço grande de vários atores da sociedade civil, que no dia a dia enfrentam adversários fortíssimos, não só no campo do poder econômico e político, mas também no campo religioso. A ação de setores de algumas Igrejas tem produzido fanatismo e alienação como uma nova forma de restauração da ordem social. Outros setores e Igrejas, por sua vez, têm contribuído em favor dos direitos humanos, da mobilização política e da transformação da ordem social.

Educar e abrir espaços para participação política é uma tarefa que torna a democracia mais viva e eficaz e torna a vida cotidiana mais plena de sentido. É interessante pensar que a cidadania é hoje um termo largamente usado na sociedade brasileira. A idéia de ter direitos começa a fazer parte da representação de ter uma condição humana.

Segundo Francisco de Oliveira (1995): “É preciso enfatizar a notável contribuição que o movimento feminista, em suas formas próprias e variadas, deu e continua a dar à própria democratização da sociedade na tomada de consciência do Estado e sobre seus deveres, é uma democratização que se dá no cotidiano e que, portanto, tem tudo para ser de uma radicalidade, numa sociedade tão desigual, que os mais otimistas não são capazes de suspeitar.” (OLIVEIRA, 1995, p.9)

São as mulheres organizadas, comprometidas com a justiça social e a transformação das relações de gênero, que constituem o sujeito coletivo instituinte dessa ação democratizante e comprometida com a justiça social. Entendendo que a democracia é uma construção permanente enquanto um processo que deve se estender sobre as esferas pública e privada.

Referências Bibliográficas

.....

- BOURDIEU, Pierre, "A Miséria do Mundo", Petrópolis, Vozes, 1998.
- _____, "Contrafogos", Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1998.
- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio, "Raízes do Brasil", São Paulo, Companhia das Letras, 1999.
- CARNEIRO, Sueli, "É muito pior do que parece", in: *Maria Maria*, a.1, nº 0. S.I., UNIFEM, 1999.
- CHAUI, Marilena, "Participando do Debate sobre a Mulher e Violência", in: *Perspectivas Antropológicas da Mulher*, n. 4, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1984.
- COHN, Amélia, "Uma avaliação do estado dos compromissos no Brasil", in: *Cadernos do Observatório*, nº 0, Rio de Janeiro, IBASE, 1999.
- DAHLERUP, Drude, "Confusing Concepts - confusing reality: a theoretical discussion of the patriarchal State", in: *Women and the State*, London, Sassoan/Anne Showstack (ed.), 1989.
- DURÃO, Jorge Eduardo S., "Cadernos do Observatório, nº O", Rio de Janeiro: IBASE, 1999.
- JELLIN, Elizabeth - Ante, "Mujeres, Derechos Humanos", Lima, Red Entre Mujeres, 1994.
- LAVINAS, Lena, "Gênero, cidadania e políticas urbanas", in: *Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1994.
- MACHADO, Lia Zanotta, "Democracia com Equidade: um direito?", in: *Democracia a Grande Revolução*, Brasília, UNB, 1996.
- MARTINS, José de Souza, "O senso comum e a vida cotidiana", in: *Tempo Social: Rev. Sociologia*. São Paulo, USP, 1998.
- OLIVEIRA, Francisco de, "Entre a terra e o céu: mensurando a utopia?", in: *Seminário "Cidadania, Pobreza e Exclusão Social"*, Petrópolis/Rio de Janeiro, Finep-Novib, 9-11

dez., 1998.

SANTOS, Boaventura de Souza e, "Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo", in: *Os Sentidos da Democracia*, Petrópolis, Vozes, 1999.

SENNET, Richard, "O Declínio do Homem Público: as tiranias da Intimidade", São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Carlos Eduardo, "Citando estudo de Ricardo Paes de Barros".

Folha de São Paulo, 13 de junho. São Paulo: 1999.

TOURAINE, Alain, "Crítica da Modernidade", Petrópolis: Vozes, 1998.

_____, "Poderemos Viver Juntos? : Iguais e Diferentes", Petrópolis, Vozes, 1999.

Dados da Autora

Maria Betânia Ávila - Socióloga, Coordenadora Geral e Pesquisadora do *SOS CORPO - Gênero e Cidadania*. Membro fundadora da *Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos*; membro do *Comitê Nacional do Beijing+5*; membro do *Conselho Consultivo Internacional da Rede Global de Direitos Reprodutivos*; membro da *Comissão de Cidadania e Reprodução*. É co-autora da coletânea "Mulher Saúde e Sociedade no Brasil" (Vozes, 1989) e de "Viagem ao Mundo da Contracepção" (Rosa dos Tempos, 1990), é autora do artigo "Modernidade e Cidadania Reprodutiva", publicado na revista *Estudos Feministas* Vol. 1 Nº 2 1993, e co-autora do texto "Notas sobre Direitos Reprodutivos e Direitos Sexuais", in: *Sexualidades Brasileiras*, org. Parker, R. e Barbosa, R.M. (Ed. Relume Dumaré 1996), entre outros.